

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO , FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL

Rafael Ângelo Brunhi Pinto ¹
Riza Amaral Lemos ²
Luciana Cristina Salvatti Coutinho³

RESUMO

O presente estudo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina "Tópicos Especiais em Políticas Educacionais: Educação Superior", ofertada no primeiro semestre de 2024. Esta disciplina é fruto de uma parceria interinstitucional entre o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGED-So) e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO). A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, documental e bibliográfica, tendo como objetivo investigar, no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a formação de professores para a Educação Básica e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no Brasil. A relevância da pesquisa é justificada pela importância do tema, especialmente considerando os contextos pandêmico e pós-pandêmico, nos quais as tecnologias digitais desempenharam um papel crucial. Adicionalmente, a Base Nacional Comum Curricular (2018), em seu caderno

¹ Graduado em Administração pela Universidade de Sorocaba. Doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba. Pós-Doutorando em Educação pelo Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba. Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior – GEPES, da Universidade de Sorocaba. Editor da Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. E-mail: rafabunhi@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - campus Sorocaba. Vice-Diretora Educacional e Produtora Executiva da EducaTV Emissora da Secretaria de Educação de Campinas. Professora da Universidade Padre Anchieta/ Jundiá e da Cogna Educacional. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos GEPEJA/Unicamp e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp. E-mail: riza.lemos@educa.campinas.sp.gov.br

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí. Professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar, campus Sorocaba, atuou como Pro-Reitora Adjunta de Graduação da UFSCar, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR - GT UFSCar-So, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR - GT Unicamp, Secretária Nacional do HISTEDBR e editora da Revista Histedbr On-line. E-mail: lucscoutinho@gmail.com

complementar, aborda especificamente esta temática, complementando o Parecer CNE/CEB nº 02/2022 e a recentemente implementada Política Nacional de Educação Digital (PNED), conforme a Lei nº 14.533/2023. As discussões derivadas da pesquisa destacaram a iminência de um novo Plano Nacional de Educação, uma vez que foi identificado que o PNE 2014-2024, embora mencionasse as tecnologias em suas estratégias, não apresentava metas específicas sobre o tema. No entanto, as deliberações da Conferência Nacional de Educação indicaram a inclusão das tecnologias em quatro dos sete eixos temáticos para a construção do novo PNE, inclusive no que concerne a formação de professores.

Palavras-Chave: Políticas Públicas - Plano Nacional de Educação – Formação de Professores – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho emerge de uma pesquisa realizada no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais em Políticas Públicas: Educação Superior”, oferecida no primeiro semestre de 2024, por meio de uma parceria interinstitucional entre o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-So) e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO). Utilizando-se da metodologia qualitativa, por meio de análise documental e bibliográfica, o objetivo central foi investigar interseção entre a formação de professores para a Educação Básica, o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 no Brasil.

Nesse sentido, a discussão a respeito das políticas públicas educacionais constitui-se como de fundamental relevância, uma vez que, de acordo com Giovanni (2009), as políticas não constituem apenas intervenções do Estado em problemas sociais, mas sim exercícios contemporâneos de poder em sociedades democráticas, resultantes da complexa interação entre Estado, sociedade e mercado. Esta interação transcende o âmbito político, abrangendo também relações sociais e econômicas que moldam o panorama educacional brasileiro.

Isso posto, o cenário educacional no Brasil revela uma política educacional demarcada por discontinuidades ao longo de seu processo histórico. Dourado (2010) destaca que a relação entre Estado, Educação e políticas públicas educacionais é complexa, refletindo uma historicidade de relações sociais mais amplas, suas prioridades

e ideologias. Sendo importante⁴, nesse sentido, uma análise dessas relações a fim de identificar as variáveis que as definem estrutural e conjunturalmente em meio a um contexto histórico-social.

Dourado (2010) aponta, ainda, que historicamente as políticas educacionais no Brasil são marcadas pela carência de planejamento de longo prazo e predominância de políticas de governo em detrimento de políticas de Estado, bem como pela alternância entre descontinuidade e continuidade nas abordagens educacionais.

Isso se evidencia no histórico de implementação do PNE, que tem suas origens na década de 1930, mais especificamente, 1932 com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Este foi influenciado pela demanda internacional por planejamento na educação. Cercado por grandes embates ideológicos e políticos, o PNE somente foi promulgado 69 anos depois, em 2001, e abrangeu todos os níveis e modalidades de ensino. No entanto, sua implementação enfrentou desafios significativos, sobretudo no que concerne às propostas empreendidas pela sociedade civil e o Executivo Federal, principalmente, em relação ao financiamento da educação e gestão educacional.

Ainda hoje, o atual PNE (2014-2024) encontra-se imerso em uma arena de disputas e comprometido de modo importante por questões orçamentárias, sobretudo com um impacto devido à Emenda Constitucional 95 que empreendeu o teto de gastos.

No entanto, em meio à discussão de um novo PNE (2025-2035), necessário se faz empreender algumas considerações importantes, visto que este vigorará por 10 anos, dentre elas encontra-se a formação de professores para a Educação Básica tendo em vista a promulgação da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Digital e modificou o art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996, acrescentando os seguintes incisos e parágrafo único:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...) XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.

⁴ Políticas de Estado são diretrizes permanentes, estabelecidas com o objetivo de garantir continuidade e estabilidade, independentemente das mudanças de administração. Elas visam assegurar a perenidade das estratégias e instituições essenciais para a nação. Em contraste, políticas de governo são iniciativas pontuais que refletem as prioridades e orientações do governo vigente, podendo ser alteradas ou encerradas com a mudança de administração. Essas políticas estão sujeitas às flutuações e ao ciclo político, tendo impacto mais restrito e temporário.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do **caput** deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento.

(...) § 11. A educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio (BRASIL, 1996)

É nesse cenário que se insere a presente pesquisa. A qual intenciona trazer para o debate a formação de professores para a Educação Básica tendo em vista a promulgação da referida lei e a iminência de um novo PNE. Trata-se de temática que carece de amplo debate tendo em vista não só sua relevância, mas sobretudo um planejamento de ações integradas a fim de que a política seja implementada efetivamente nas escolas brasileiras.

Este estudo foi realizado utilizando-se a metodologia qualitativa de pesquisa, a qual, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), adota uma abordagem interpretativa do mundo, na qual os pesquisadores investigam os fenômenos em seus contextos naturais, buscando compreendê-los através dos significados atribuídos pelas pessoas. Creswell (2007) enfatiza nessa perspectiva que os dados são predominantemente descritivos, com foco maior no processo do que no produto.

Minayo (2009) argumenta que a pesquisa qualitativa visa compreender a complexidade dos fenômenos, fatos e processos específicos dentro dos quais um determinado acontecimento ocorre. Essa abordagem busca responder questões emergentes na sociedade, reconhecendo que os seres humanos não apenas agem, mas também refletem sobre suas ações e interpretam-nas dentro da realidade compartilhada com outros indivíduos.

Lüdke e André (1986) destacam que a pesquisa qualitativa requer que o pesquisador mantenha um contato direto com os sujeitos e com a situação investigada. Isso implica considerar cuidadosamente as circunstâncias dos objetos de estudo, uma vez que os dados coletados são predominantemente descritivos, proporcionando um rico material composto por detalhadas descrições de pessoas, situações e eventos.

Dessa forma, objetivando discutir sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) enquanto política pública de Estado, de fundamental importância para a educação brasileira, o qual traz em seu bojo, diretrizes, metas e estratégias para a educação por um período de 10 anos, incluindo nestes a formação dos profissionais para a Educação Básica,

que, para o próximo decênio, deverá compreender a Política Nacional de Educação Digital, incorporando as TDIC nas estratégias e metas do novo PNE, conforme apontado no documento da Conferência Nacional de Educação⁵ que este estudo foi realizado.

Esse artigo está organizado em 6 partes, sendo a primeira a introdução, contendo a estrutura metodológica, a segunda contendo o referencial teórico, a terceira o resultado das discussões, a quarta apresentando o resultado das discussões e a quinta as considerações finais e a sexta as referências utilizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO:

Nas últimas duas décadas, observou-se um aumento significativo nos esforços de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para avançar na compreensão da implantação das políticas públicas educacionais no Brasil, (Souza, 2006; Nogueira e Di Giovanni, 2015; Lotta, 2021), bem como, no que concerne ao Plano Nacional de Educação (PNE) e à Formação de Professores para a Educação Básica (Souza, Martins, 2014; Dourado, 2016, 2009, 2007; Mendes, 2000; Santos, 2018; Martins, 2021; Pinto, 2023; Ristoff, 2012).

O PNE, especialmente sua versão mais recente (2014/2024), desempenha um papel estratégico na política educacional brasileira da década, estabelecendo metas que, embora sejam nacionais, necessitam ser concretizadas localmente, onde vive o sujeito a quem o direito deve ser garantido.

A implementação das metas do PNE nos municípios, através dos Planos Municipais de Educação (PME), é fundamental para a garantia de políticas de Estado efetivas. Estas políticas têm o potencial de ampliar as possibilidades de implementação de projetos societários coerentes com a realidade local, articulados com o cenário nacional. Conforme destaca Saviani (2008), o financiamento da educação é a "meta das metas", sendo a condição prévia e mecanismo de viabilidade de todas as demais.

O atual PNE, estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, define diretrizes, metas e estratégias para a educação nacional em todo o Brasil. Sua principal função é orientar todas as ações na área educacional, propondo que cada estado, o Distrito Federal e cada município tenham seus respectivos planos de educação em consonância com o PNE.

⁵ A Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2024, convocada pelo Decreto Presidencial nº 11.697/2023, tem como tema "Plano Nacional de Educação 2024-2034". Organizada pelo Ministério da Educação (MEC) e coordenada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), a Conferência abordou sete eixos para orientar as diretrizes do novo PNE.

A implementação do primeiro PNE (2001-2010) enfrentou vários desafios, incluindo a falta de planejamento de longo prazo e a ausência de políticas de Estado que resultassem em planos decenais efetivos nos âmbitos municipais e estaduais. Dourado (2010) aponta que o PNE foi secundarizado nos processos de gestão e decisão no âmbito do Executivo Federal, não se concretizando em planos decenais efetivos conforme previsto.

Para a efetividade do PNE, é essencial o monitoramento e avaliação contínuos, alinhando os governos municipais, estaduais e federal. Conforme Aguiar (2010), a avaliação de um plano educacional é realizada a partir de determinados valores e óticas, sem neutralidade, e resulta de embates em torno de projetos político-sociais. O monitoramento das metas do PNE permite uma avaliação processual que potencializa a construção de documentos que auxiliem nos ajustes necessários para sua efetivação.

Nesse sentido, a avaliação do PNE não só possibilita traçar um panorama, mas vislumbrar os reais desafios a serem enfrentados, sobretudo aqueles relacionados à formação de professores para a Educação Básica, bem como, de acordo com Ristoff (2012), evidenciar que as interlocuções entre a pós-graduação (PG) e a educação básica (EB) caracterizam-se como (des)encontros históricos e que, no limite, vêm garantindo a manutenção do *apartheid* socioeducacional desde o Brasil Colônia. A primazia da opção pela educação das elites e a inexistência ou postergação de iniciativas voltadas à educação popular é uma marca dessa trajetória. Do descobrimento, até recentemente, sequer podemos falar em Sistema de Educação, no Brasil, se o entendemos como relação orgânica entre os diversos níveis de ensino, partindo do pré-escolar, passando pela Educação Básica, Educação Superior, incluindo a Pós-Graduação.

Essa situação acima sintetizada se evidencia também no debate em torno das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação na Educação. Em um mundo globalizado nem sempre é possível afirmar que o acesso às tecnologias se dá de forma igualitária para todos os sujeitos de direito. Entretanto, cabe destacar que, conforme aponta Lévy (2010), a democracia digital não implica na substituição do território pela cidade digital, mas sim na articulação qualitativa e significativa entre ambos. Ela não se resume a permitir que grupos separados territorialmente votem em questões simples por meio de tecnologia, mas visa estimular a colaboração contínua para identificar e resolver problemas de maneira cooperativa e concreta, aproximando cada vez mais os grupos envolvidos. O virtual não se contrapõe ao real, mas o representa, sendo uma potência de

ser que propõe processos de criação e atualização, apesar de não estar fixado em coordenadas espaço-temporais específicas.

Nesse contexto, o estabelecimento de uma Política Nacional de Educação Digital, muito embora não seja a garantia de efetividade do direito e das condições de acesso e permanência para todos os estudantes brasileiros, possui um peso maior, quando altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Mas, para além dessa questão, implica necessariamente em uma política direcionada à formação de Professores para a Educação Básica tanto a nível de formação inicial, quanto a nível de Pós-Graduação, implica sobretudo em uma política de Estado de base, que incorpore todas as Etapas, Modalidades e níveis de ensino, sendo o PNE neste cenário fundamental enquanto política pública de longo prazo, grande alcance e com força constitucional.

RESULTADOS DA DISCUSSÃO:

A presente análise sobre a política educacional brasileira, teve como foco o Plano Nacional de Educação (PNE) e suas implicações para a formação de professores para a Educação Básica em meio à Política Nacional de Educação Digital (PNED). Tal conjuntura encontra-se imbricada em um cenário histórico complexo em relação às políticas educacionais no Brasil, uma vez que estas, caracterizam-se por descontinuidades e predominância de políticas de governo em detrimento de políticas de Estado. Tal trajetória histórica, influencia sobremaneira a implementação de políticas permanentes como o PNE, culminando em desafios consideráveis, sobretudo no que se refere ao financiamento e gestão da educação.

O estudo realizado evidenciou, ainda, a emergência de novos desafios tendo em vista a promulgação da Lei nº 12.533 que institui a PNED e conseqüentemente alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/1996). Trata-se de um marco legislativo que reforça a fundamental importância de incorporação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na formação de professores, abrindo caminho para um debate sobre como essas mudanças serão efetivadas nas práticas educacionais nas escolas. Nesse sentido, necessário se faz, não apenas atualizar as estratégias pedagógicas com base nas TDIC, mas também incorporar tais questões a formação dos professores a nível de formação inicial, Pós-Graduação e formação continuada, integrando-as dentro de um planejamento educacional de longo prazo.

Ressalta-se, por fim, a fundamental importância de se promover um debate amplo e integrado sobre a implementação do próximo PNE (2025-2035), uma vez que o êxito de qualquer política educacional depende não apenas de sua formulação, mas, principalmente, de um envolvimento de toda a sociedade, incluindo nesse íterim o monitoramento das ações empreendidas. Isso requer para além de recursos financeiros, uma visão estratégica que considere as especificidades locais e regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise realizada a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE) e sua importância no que concerne à formação de professores na Educação Básica no Brasil, é fundamental, uma vez que historicamente as políticas educacionais no país enfrentam desafios persistentes, sendo estes caracterizados pela falta de continuidade e de planejamento a longo prazo, comprometendo significativamente a efetivação de todas as proposituras do PNE ao longo de sua vigência.

Sendo assim, a implementação das metas do PNE, em especial aquelas relacionadas à formação de professores da Educação Básica e sua integração com as TDIC na educação, necessita para além de comprometimento político robusto, recursos financeiros e uma coordenação entre os diferentes entes federados e níveis de governo. Embora a recém implementada Política Nacional de Educação Digital - PNED possa ser considerada um avanço significativo, sua efetiva implementação dependerá de diversas condições ofertadas às escolas brasileiras, desde recursos humanos, perpassando pela infraestrutura e conectividade, em um país tão diverso e desigual.

Para além do exposto, a complexidade das relações entre Estado, sociedade e mercado no que concerne à formulação e implementação de políticas públicas educacionais indica a necessidade de um debate contínuo e inclusivo sobre o futuro do PNE. De modo a garantir que as diretrizes e metas estabelecidas para o próximo decênio sejam de fato alcançadas.

Isso posto, a construção de um novo PNE (2025-2035) necessariamente precisa considerar os erros e acertos pregressos, visando não apenas a promoção da qualidade educacional, mas sobretudo o enfrentamento às desigualdades sociais e regionais por meio de políticas públicas includentes. Sendo necessário para tal, o estabelecimento de um planejamento a longo prazo de políticas públicas que de fato sejam concretizadas, através de um compromisso coletivo na transformação da educação brasileira.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Marcia Ângela da S. *Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: Questões para Reflexão*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul. - set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

CRESWEL, J. W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: Inep, 2007.

DOURADO, L. F. (org.). *Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios?* São Paulo: Xamã, 2009. p. 49-58.

DOURADO, L. F.; GROSSI JUNIOR, G.; FURTADO, R. A. *Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 449-461, maio/ago. 2016. <https://doi.org/10.21573/vol32n22016.67198>

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999. 272 p.

LOTTA, Gabriela. *Burocracia e implementação de políticas públicas: desafios e potencialidades para redução de desigualdades*. Brasília: Cadernos Enap, v. 81, p. 1-98, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6230/1/81_Gabriela%20Lotta_final_compressed.pdf

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, D. T. *O planejamento educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurelio; DI GIOVANNI, Geraldo. Introdução. In: NOGUEIRA, Marco Aurelio; DI GIOVANNI, Geraldo (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo, Ed. Unesp, 2015. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/c6720d74229b832013f8fa>

[f3542214b1.pdf](#). Acesso em: 16/06/2024.

PINTO, Rafael Ângelo B. *A maioria do SINAES: impactos e desafios enquanto política de educação superior*. Colóquios - Geplage - PPGED - CNPq, [S. l.], n. 4, p. p.lxxvii-lxxxix, 2023. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1130>

PINTO, Rafael Ângelo B. *A maioria do SINAES: impactos e desafios enquanto política de educação superior*. Colóquios - Geplage - PPGED - CNPq, [S. l.], n. 4, p. p.lxxvii-lxxxix, 2023. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1130>

SANTOS, M. *Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 26, n. 98, p. 185-212, jan.-mar. 2018. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002600965>

SAVIANI, D. *Sistema Nacional de Educação e Regime de Colaboração*. In: BRZEZINSKI, Íria (Org.). *LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 27-46.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>

SOUZA, D. B.; MARTINS, A. M. (orgs.). *Planos de educação no Brasil: planejamentos, políticas, práticas*. São Paulo: Loyola, 2014.